
Pablo Sánchez Vidal, “Os idiomas do estado español. Un enfoque sociolinguístico”. Anexo 77 de *Verba*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2018, ISBN: 9788416954834, 335 pp.

Guillermo Vidal Fonseca
Universidad de Extremadura
gvidalfonseca@unex.es

Língua ou dialeto. Essa dicotomia é a premissa de que parte Pablo Sánchez Vidal para fazer um percurso de índole histórica pelo “substrato ideolóxico” (2018: 7) que subjaz à categorização dos idiomas do Estado espanhol como *línguas* ou, contrariamente, como *dialeto*s, por parte duma ampla representação de linguistas espanhóis desde meados do século XX até hoje. Por outras palavras, que argumentos usam alguns linguistas da Escola Filológica Espanhola (EFE) – que o autor define como linguistas continuadores do pensamento de Menéndez Pidal e afetados pelo preconceito do castelhanismo linguístico – para caracterizar uma fala como língua e outra como dialeto, e o que está por trás desses argumentos?

O autor estrutura o trabalho em três partes: a primeira é a exposição metodológica e teórica sobre a qual assenta o estudo, nela o autor aprofunda as teorias sociolinguísticas produzidas em diferentes escolas de pensamento desde o dealbar do século XX. Uma vez que o leitor conta com esse substrato teórico, chega a segunda parte, onde se proporcionam detalhes sobre os critérios usados pelos linguistas da EFE para individualizar as línguas, ao mesmo tempo que se faz uma leitura crítica desses critérios (2018: 57-280). Por último, são oferecidas as conclusões (2018: 280-295).

O aprofundamento das teorias e escolas de pensamento sociolinguístico produzidas desde o século XX (2018: 10-56) torna-se fundamental, como introdução teórica, para entender o fenômeno que provoca a pergunta chave do trabalho: “por que a EFE (...) puxo en dúbida a condición de lingua de todos os idiomas do estado español agás do castelán?” (2018: 7). Para poder responder à questão, Sánchez Vidal começa por fazer um minucioso repasso histórico com o qual trata de expor as origens da sociolinguística como disciplina dentro das ciências sociais no século XX. Nisto consiste, em nosso entender, um

dos atrativos da monografia pois, ainda que se passe em revista a relevância dos pesquisadores norte-americanos na emergência da disciplina nos anos 60 – destacando alguns dos mais conhecidos, como Labov ou Ferguson, e com antecedência, Fishman –, o autor evita o “erro habitual” (2018: 26) de atribuir só aos pesquisadores anglofalantes o desenvolvimento da disciplina sociolinguística. Ao invés, recalca o papel exercido pelos linguistas soviéticos nos anos 20, 30 e 40 do século XX no desenvolvimento dessa disciplina e, mais concretamente, no interesse pela relação entre língua e desigualdades sociais, papel que foi muito relevante através de figuras como Bakhtine, Shor, Polianov e outros. Esse olhar sem preconceitos sobre as pesquisas de outras realidades não ocidentais, além de necessário, lembra os postulados dos teóricos decoloniais e a sua crítica ao que consideram um sesgo acadêmico e de pesquisa: em palavras de Grosfoguel (2013: 34), “¿Cómo es posible que el canon de pensamiento de las ciencias humanas en la *universidad occidentalizada* se base en el conocimiento producido por hombres de 5 países de Europa occidental?”.

Os esforços do autor nessa introdução teórica centram-se, aliás, em separar e descrever os fundamentos ideológicos da sociolinguística estruturalista liberal (SLT), por um lado, e a sociolinguística crítica (SLC) e a análise crítica do discurso (ACD) por outro, como dois modelos teóricos e de pesquisa sociolinguística opostos. Se bem que esses últimos possam ser definidos por traços bem diferentes, a característica chave que os une é a exploração da relação entre língua e (perpetuação das) desigualdades sociais. Desse jeito, segundo os membros desse grupo, os linguistas das elites sociopolíticas e econômicas sempre tiveram como missão preservar o *status quo* e o domínio sobre outras realidades sociais e linguísticas. Assim, disfarçado de objetividade e ciência, os sociolinguistas do ramo liberal costumam fazer referência à obsolescência dos idiomas dominados, uma espécie de processo natural que termina com a submissão da língua em favor da hegemônica, por sua vez, supostamente com traços que a tornam útil e preparada para prosperar.

Com base nessas chaves, os capítulos 2 a 5 da obra estão orientados para discutir quais são os matizes que essas escolas sociolinguísticas outorgam às categorias de língua e dialeto, o que permite focar-nos na questão mais importante formulada na monografia. Com base numa ingente bibliografia, afirma-se que a SLT tem defendido, tradicionalmente, duas posturas: a primeira, que são línguas

todas aquelas em que existe uma consciência idiomática por parte do povo que as fala. E a segunda, que não sendo suficiente só isso, é necessário cumprirem com algumas condições fundamentalmente sociolinguísticas para serem consideradas como língua e não dialeto. A SLC, porém, questiona o próprio debate sobre que critérios adicionar ou apagar para determinar quais são línguas e quais dialetos e foca-se primeiramente na pesquisa da situação sócio-política que subjaz ao binómio língua-dialeto. Por isso, a problemática desse binómio para a SLC é mais política do que linguística e técnica. Nesse ponto, Sánchez Vidal argumenta que a EFE foi-se focando nuns critérios da SLT em prejuízo doutros para definir as línguas do Estado espanhol à medida que SLT, no percurso do século XX, foi afinando ou prescindindo de alguns critérios, e logo depois examina criticamente todos os critérios que foram usados para separar línguas e dialetos.

Dentro do critério linguístico-estrutural, conclui-se que não é um traço concludente, pois além de ser ambíguo, está sujeito à ideologia linguístico-política dos seus utentes – como fica patente em autores da EFE – se interessa legitimar a categoria de língua as argumentações linguístico-discursivas darão protagonismo à autonomia linguística desse idioma – e, ao mesmo tempo, ocultariam o seu parecido estrutural – a respeito de todas as variedades linguísticas circundantes. E, por pelo contrário, se interessa categorizar uma variedade como dialeto, todos os seus traços exclusivos seriam intencionalmente ocultados. Neste campo, o autor não poupa críticas a teóricos da EFE como Manuel Alvar ou Gregorio Salvador pelas contradições que gera o uso que fazem desse critério para justificar o espanhol como língua e outras variedades do Estado espanhol como dialetos, sem terem apresentado análises ou provas empíricas que sustentem as suas conclusões. O ditame é contundente: “a coherencia ideolóxica primou sobre a congruencia científica” (2018: 96).

Noutro passo, o critério da inteligibilidade mútua para categorizar línguas possui algumas contradições que fazem difícil ser utilizado com sistematicidade: o fato de existirem os continuum dialetais – o que suporia inteligibilidade mútua contínua no interior, mas não inteligibilidade entre as margens –, os condicionantes políticos e de sensação dos falantes que o desautorizariam em muitos casos, etc. Mesmo assim, a EFE afirmou ser esse critério o único aceitável do ponto de vista científico e, novamente, sem oferecer dados e estudos para sustentar a afirmação através da qual inserem as variedades linguísticas do Estado espanhol diferentes do espanhol como dialetos. Mais uma

vez, o ideológico prevalece sobre o científico. Nesse ponto, o exemplo do basco exposto pelo autor, em nosso entender, é excelente para ilustrar essa conclusão: sendo ininteligível para o resto de variedades circundantes, a EFE procura um pretexto para não o afirmar como língua e argumenta que é uma «família de línguas», contradizendo desse jeito o próprio critério que é louvado.

Outro dos critérios clássicos da SLT empregados pela EFE é o histórico-genético. Fica claro que nesse campo também a EFE manipula o fato de todas as variedades do planeta serem dialetos de outra de que historicamente procedem para negar a condição de línguas às variedades minorizadas do Estado espanhol, sob pretexto de terem ficado sem autonomia, normalização e normativa durante séculos. O fato de isolar deste sistema a consciência dos falantes e a criação dum glosônimo no imaginário deles também beneficia as conclusões ideologizadas do monolinguismo que negam o estatuto de língua para muitas variedades desprestigiadas.

Até esse ponto, o autor examina com muita exaustividade os principais critérios usados quando se trata de individualizar línguas e dialetos pela EFE, assinalando as contradições e as abordagens ideológicas em prejuízo do rigor científico. Porém, no capítulo seguinte, o 4, faz uma continuação dessa análise com base em outros critérios mais secundários, mas também empregados pela EFE para consagrar o espanhol e rebaixar o galego, basco e outras línguas desprestigiadas. Um desses critérios é o da escrita: resultaria língua aquela que possuísse um único sistema gráfico consagrado e quase isento de variações. É um critério muito criticado pela maioria dos linguistas, mas para a EFE, converte-se numa arma contra as línguas diferentes do espanhol ao defender que a ortografia do espanhol é a mais simples, racional e coerente, em contraposição com as outras, frequentemente definidas como difusas ou divergentes.

Também repassa com lucidez o uso que fazem do critério normativo para defender a hegemonia linguística: afirmam que só as línguas standardizadas têm tal condição e que, supostamente, o espanhol tem mais coesão interna que as línguas periféricas, enquanto o autor rebate como mito a afirmação da homogeneidade interna e relaciona esses argumentos com o que a SLC define como intento de privilegiar uma língua hegemônica em relação às suas competidoras. De fato, mostram-se muitos estudos especializados que desmentem o mito das línguas hegemônicas europeias como niveladas e sem grandes

variações internas que demonstram precisamente o contrário. Do mesmo jeito, abordam-se as provas que desmentem o mito de serem caóticas as línguas vernáculas naquilo que, a nosso ver, constitui um excelente fruto da transdisciplinaridade: partindo da sociologia e da linguística, prova-se cientificamente que essas línguas, pela sua própria situação social, tendem a estar mais coeridas e uniformizadas, contrariando desse jeito os argumentos da EFE. Aliás, a fórmula «uma língua = uma variedade padrão», utilizada com frequência pela EFE para argumentar que as línguas periféricas não devem ser consideradas línguas demonstra ser falsa à luz dos dados fornecidos pelo autor, que examina com pormenores o caso de línguas cujo estatuto de língua não é discutido e que possuem duas variedades padrão, caso do norueguês, do neerlandês, do armênio, do lapão ou, convém não esquecer, das línguas hegemônicas ocidentais como o português, o francês, o espanhol ou o inglês. E por sua vez, tem um último critério secundário relacionado com o cultivo escrito, o da tradição literária, muito usado pela EFE para consagrar o espanhol, ao ponto de matizar que é precisa uma “suficiente” ou “importante” tradição literária para uma variedade ser considerada língua, pois são cientes de que, em caso de não incorporar esses adjetivos, todas as variedades do Estado espanhol atingiriam o estatuto de língua por terem todas elas um mínimo de tradição literária. Um critério muito problemático, pois deixa fora toda a literatura de tradição oral e não consegue explicar casos que contradizem a teoria, como o do latim prévio ao período áureo ou o do occitano atual.

Por último, Sánchez Vidal analisa dois critérios ocasionais usados pela EFE: o político e o demolinguístico. No político, mostra-se a argumentação da EFE e as manifestações públicas de pessoas afins em favor do darwinismo linguístico, considerando a morte de muitas línguas como um processo natural e desligado de fenômenos políticos. Em nossa opinião, chama a atenção a naturalidade que adoptam os defensores dessa corrente se comparamos com as experiências do darwinismo social no longo século XX (Arendt: 1951). De qualquer jeito, não tem sustento a premissa de ser língua aquela que conseguiu impor-se às outras porque não leva em conta as mudanças sociolinguísticas (dominadora vs. dominada) ao longo dos séculos de história duma variedade nem as diferenças do mesmo âmbito em função do lugar: situação do espanhol na Espanha vs. espanhol nos EUA, por exemplo. E, quanto ao critério demolinguístico, aquele que diferencia língua de dialeto em função do número de falantes, a questão inicial

que permite a crítica para o autor é: qual o limiar, que número de falantes separa línguas de dialetos? Existe um exemplo muito gráfico: um dos autores da EFE discute a condição de língua do catalão, com 6 milhões de falantes, enquanto que se estabelecêssemos a fronteira entre língua e dialeto nos 10 mil falantes, 600 vezes menos do que o autor pôs como limite para o catalão, só 40% das línguas do mundo seriam isso, línguas.

Em última análise, as mais de 300 páginas da obra terminam por mostrar o que está por detrás da política da EFE de consagrar o espanhol como língua e negar a mesma categorização para outras realidades linguísticas do Estado espanhol: a ideologia do monolingüismo. Para isso, não só escolheram tradicionalmente aqueles critérios da SLT que mais convinham para os seus postulados, ocultando outros, mas também os usaram continuamente em paralelo com os recursos da iconização – fazendo finca-pé nos traços negativos que restariam argumentos em favor da língua periférica – e do ocultamento – ocultando os traços positivos dessas línguas que poderiam socavar os seus argumentos monolingües.

Embora o próprio autor esclareça desde o começo que a sua missão com o trabalho não é estabelecer o que é uma língua e o que é um dialeto, nem sequer emitir um ditame sobre aquelas que são línguas e aqueles que são dialetos dentro do Estado espanhol, o leitor termina a obra com uma base teórica suficiente para desenvolver uma resposta crítica pessoal a essas questões, uma resposta mais próxima da ciência e capaz de evitar as contradições teóricas em que cai o monolingüismo. Uma ideologia que, ainda que pretendendo revestir-se de uma capa neutral e apolítica, representa a epígrafe linguística do imperialismo ou do liberalismo, o qual vincula a obra de Sánchez Vidal com as reflexões de autores como Moreno Cabrera (2008) e a torna muito necessária no mundo globalizado de hoje, no qual uma multidão de línguas – por exemplo o galego, idioma em que está escrita a obra – continuam num processo de perda de falantes ou em perigo de sumir em favor de línguas hegemônicas.

Bibliografía

Arendt, Hanna (1951): *Elements of Totalitarianism*, New York, Harcourt Brace Jovanovich.

Grosfoguel, Ramón (2013): “Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI”, *Tabula Rasa*, nº 19, pp. 31-58.

Moreno Cabrera, Juan Carlos (2008): *El nacionalismo lingüístico. Una ideología destructiva*, Barcelona: Ediciones Península.

Rui Lage, *O Invisível*, Gradiva, 2018, 281 pp.

José Vieira
Cátedra Manuel Alegre
Universidade de Pádua
jose.vieira@unipd.it

No prefácio a *O Retrato de Dorian Gray*, Oscar Wilde escreve que “a diversidade de opinião sobre uma obra de arte revela que a obra é nova, complexa e vital”. Se a diversidade de opinião não fosse suficiente para garantir a intemporalidade da literatura, o argumento de Ingarden, por sua vez, em *A Obra de Arte Literária* seria mais que derradeiro. Para o ensaísta, a obra literária “«vive» na medida em que *sofre transformações em consequência* de concretizações sempre novas”. A vitalidade da literatura passa pelo vigor e grandeza das suas personagens e, por vezes, dos seus autores.

Em *O Invisível*, Rui Lage (RL) propõe-nos um Fernando Pessoa (FP) refigurado e elevado à condição de personagem literária, num “prolongamento ficcional”, Carlos Reis *dixit*, que muito tem de sobrevida. Apostando em características que ativam mecanismos cognitivos em relação ao poeta, o romancista não deixa, também, de apresentar outros contornos que vão para além da realidade material de FP. Articulado com o ponto da sobrevida de Pessoa em Pessoa, este processo desenvolve-se a partir de três momentos narrativos: a juventude na África do Sul; a vida lisboeta e a viagem até à Cova do Sapo. Durban, Lisboa e Cova do Sapo surgem como espaços modeladores de um FP *outro* que se transforma, associado a Augusto Ferreira Gomes (AFG), em gerente da “Agência Bandarra” (2018: 40). De um modo fluido e através de uma escrita exuberante e sensitiva, RL